

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 524.453 - RJ (2019/0224783-0)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : FABIO ANDRADE ALMEIDA
ADVOGADO : FÁBIO ANDRADE ALMEIDA - RJ120595
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : FELIPE ANTONIO PILOTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FELIPE ANTONIO PILOTO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no julgamento do *Writ* n. 0035480-73.2019.8.19.0000.

Depreende-se dos autos que o paciente encontra-se preso preventivamente, pela prática, em tese dos crimes previstos nos artigos 33, *caput*, e 35, *caput*, ambos da Lei n. 11.343/06, e artigo 16, *caput*, da Lei n. 10.826/03.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Aduz o impetrante, em breve síntese, que estaria caracterizado o excesso de prazo para a formação da culpa e o apontado atraso não decorre de qualquer ato da defesa, o que corrobora a necessidade da liberdade do paciente.

Requeru, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja relaxada a prisão, expedindo-se o competente alvará de soltura.

A liminar foi indeferida.

Informações prestadas.

Instado a opinar o Ministério Público Federal manifestou-se pela prejudicialidade do *mandamus*.

É o relatório.

Em consulta realizada na página eletrônica do Tribunal de origem verificou-se que, em 21/8/2019, sobreveio a prolação de sentença penal condenatória pelo Juízo de primeiro grau, nos autos da ação penal n. 0227142-60.2018.8.19.0001.

Assim, observa-se que o aventado constrangimento ensejado pelo excesso de prazo na formação da culpa se encontra superado com a prolação do édito condenatório, circunstância que evidencia a perda do objeto da presente impetração, nos termos do entendimento consolidado no enunciado 52 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça:

"Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo."

Diante do exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno deste Tribunal, **julga-se prejudicado** o *writ*, pela perda de seu objeto.

Publique-se e intimem-se.

Após a ciência do Ministério Público Federal e o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator

